





**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CUIABÁ**

**I** - atividades relacionadas ao lazer, saúde, cidadania, meio ambiente, desporto, lazer e artes;

**II** - ações de combate ao abuso e exploração sexual infantil;

**III** - medidas de acompanhamento psicossocial dos meninos e seus familiares;

**IV** - adoção de medidas capazes e erradicar o trabalho infantil;

**V** - promoção ao fortalecimento do vínculo e convivência familiar.

**Parágrafo único.** Sempre que possível, as ações adotadas pelo Projeto “O Cuiabaninho” deverão envolver, ainda que indiretamente, os membros da família da criança ou adolescente participante, a fim de estimular hábitos e condutas de fortalecimento de vínculo familiar e comunitário.

**CAPÍTULO II**  
**DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO**

**Art. 4º** Poderão participar do projeto “O Cuiabaninho” crianças e adolescentes com idade entre 6 a 12 anos de idade, pertencentes ou não ao público prioritário, que atendam as demais condições estabelecidas nesta Lei.

**Art. 5º** É considerado público prioritário a criança ou adolescente em situação de isolamento, trabalho infantil, vivência de violência e, ou negligência, fora da escola ou com defasagem escolar superior a 2 anos, em situação de acolhimento, em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto, egressos de medidas socioeducativas, situação de abuso e/ou exploração caracterizados pelo ECA, crianças e adolescentes em situação de rua, dentre outros.

**Art. 6º** “O Cuiabaninho” será distribuído por faixa etária diferenciada:

**I** - para crianças de 06 a 09 anos, busca desenvolver atividades com crianças, seus familiares e a comunidade, a fim de fortalecer vínculos e prevenir a ocorrência de situações de exclusão social e de risco, em especial a violência doméstica e o trabalho infantil.

**II** - para crianças e adolescentes de 10 a 12 anos, tem como foco a constituição de espaço de convivência, formação para a participação e cidadania, desenvolvimento do protagonismo e da autonomia das crianças e adolescentes, a partir dos interesses, das demandas e das potencialidades dessa faixa etária.

**Parágrafo único.** As intervenções devem ser pautadas em experiências lúdicas, culturais e esportivas como formas de expressão, interação, aprendizagem, sociabilidade e proteção social, conforme prevê a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009).





**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CUIABÁ**

Art. 7º As crianças e adolescentes poderão ser encaminhadas ao projeto “O Cuiabaninho”:

I – pelo Conselho Tutelar.

**Art. 8º** As exigências para a realização da matrícula no programa deverão ser regulamentadas por meio do respectivo regimento interno, devendo contemplar, no mínimo, a apresentação dos seguintes documentos:

- I** - certidão de nascimento da criança ou adolescentes;
- II** - número de identificação social – NIS;
- III** - declaração de matrículas na escola;
- IV** - declaração de autorização dos pais ou responsáveis;
- V** - autorização dos pais ou responsáveis.

**Parágrafo único.** A matrícula no projeto “O Cuiabaninho” deverá ser realizada, preferencialmente, no início do ano letivo, devendo ser respeitado o número de vagas disponíveis.

**Art. 9º** O desligamento do participante do projeto “O Cuiabaninho” ocorrerá nos seguintes casos:

- I** - solicitação dos pais ou responsáveis;
- II** - mudança de domicílio da criança ou adolescente participante;
- III** - quando o adolescente completar 13 anos de idade;
- IV** - quando a criança ou adolescente tiver 15 faltas injustificadas;
- V** - por solicitação do Poder Judiciário, Ministério Público ou outro órgão competente.

**Art. 10.** A equipe do projeto “O Cuiabaninho” deverá realizar constantes avaliações dos participantes, devendo promover os registros em livro próprio, nos termos do regimento interno.

**Art. 11.** O uniforme dos participantes a ser utilizado durante as atividades desenvolvidas pelo Projeto “O Cuiabaninho” é constituído pelos seguintes itens:

- I** - short verde;
- II** - camiseta ou camisa verde clara com a logo do projeto;
- III** - calçado, tênis.

**Parágrafo único.** Todos os componentes dos uniformes serão custeados pelas SADHPD ou outra que lhe suceder e fornecidos aos participantes gratuitamente.

**CAPÍTULO III**  
**DOS DIREITOS E DEVERES DOS BENEDICIÁRIOS/PARTICIPANTES**





**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CUIABÁ**

**Art. 12.** São direitos do participante do Projeto “O Cuiabaninho” dentre outros:

- I** - ser respeitado por todos os integrantes do projeto;
- II** - ter suas características individuais respeitadas e valorizadas;
- III** - ter seus princípios religiosos respeitados;
- IV** - ser orientado diante de suas dificuldades;
- V** - ser sempre ouvido pela equipe técnica.

**Art. 13.** São deveres dos participantes do Projeto “O Cuiabaninho” tais como:

- I** - atender ao que estabelece esta Lei e demais normas afetas ao Projeto “O Cuiabaninho”;
- II** - comparecer com assiduidade a todas as ações do projeto quando previamente convidados, salvo ausência justificada;
- III** - usar o uniforme, nos termos do Regimento Interno;
- IV** - manter hábitos de higiene e vestuário;
- V** - agir com urbanidade, respeitando todos os demais participantes e membros da equipe do Projeto.

**CAPÍTULO IV**  
**DA ESTRUTURA DO PROJETO “O CUIABANINHO”**

**Art. 14.** O projeto “O Cuiabaninho” é vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e da Pessoa com Deficiência – SADHPD ou outra que a suceder; órgão responsável por estabelecer normas e procedimentos para sua implementação, controle, acompanhamento e fiscalização, nos termos do regimento interno e outras normas aplicáveis à espécie.

**Art. 15.** Para o fiel cumprimento do disposto nesta Lei, a Administração Pública poderá firmar convênio com entidades de direito público, bem como estabelecer parceria, contratos e congêneres com pessoas jurídicas de direito privado, nos termos estabelecidos pelo ordenamento jurídico.

**Art. 16.** O projeto “O Cuiabaninho” será gerenciado por um (a) coordenador (a) o qual deverá, necessariamente, ter comprovado conhecimento e/ou serviço prestado afeto à assistência social, cujas atribuições são: atuar com planejamento e execução do projeto de interação social; realizar o planejamento e execução do projeto de acordo com o plano de ação e o cronograma; operacionalizar eventos; cursos e palestras; acompanhar e avaliar os resultados dos serviços executados.

**Art. 17.** A unidade do Projeto “O Cuiabaninho” estabelecido nesta Lei contemplará espaço físico que permita a interação entre os participantes, proporcionando-lhes





**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CUIABÁ**

conforto, segurança e sociabilidade, com o fornecimento de materiais necessários para a execução das ações, nos termos do Regimento Interno.

§ 1º O projeto contará com unidade matriz, que servirá de modelo para a sua ampliação por meio de instalações futuras.

§ 2º O projeto se desenvolverá nos períodos matutino e vespertino, respeitado o contraturno das atividades educacionais dos participantes.

**Art. 18.** Os responsáveis pelo projeto “O Cuiabaninho” deverão se submeter a periódicos treinamentos de capacitação com objetivo de garantir a qualidade e atualidade das medidas a serem realizadas, nos termos do regimento interno.

**Art. 19.** Estrutura Administrativa:

**I** - equipe multidisciplinar (Assistente Social, Psicólogo, Pedagogo);

**II** - monitores;

**III** - oficinairos.

**Art. 20.** Com o objetivo de preservar a identidade do Projeto “O Cuiabaninho” o logotipo alusivo ao programa deverá ser constituído pelas cores branca e verde, cujo modelo conta no Anexo II desta Lei.

**Art. 21.** As despesas decorrentes da presente Lei correrão a conta do orçamento da Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e da Pessoa com Deficiência, conforme programa de trabalho:

**I** - Órgão: 11 – Secretaria de Assistência Social, Direitos Humanos e da Pessoa com Deficiência;

**II** - Unidade Orçamentária: 11.101 – Secretaria de Assistência Social, Direitos Humanos e da Pessoa com Deficiência;

**III** - Função: 08 – Assistência Social;

**IV** - Subfunção: 244 – Assistência Comunitária

**V** - 0006 – Gestão e Execução de Políticas de Assistência Social;

**VI** - Projeto/Atividade: 2460 – Execução de Programas Municipais de Assistência Social

**Art. 22.** Esta Lei será regulamentada por meio de decreto, no prazo de até 60 (sessenta) dias, a contar da sua validação.

**Art. 23.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Alencastro, em Cuiabá-MT, de de 2024.





**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CUIABÁ**

**EMANUEL PINHEIRO**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

---

Rua Barão de Melgaço, s/n° (Praça Paschoal Moreira Cabral) – Centro Cuiabá/MT



Autenticar documento em <http://www.cuiaba.mt.gov.br> com o identificador 390031003100360033003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.